

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Aécio Jordan Ferreira Rocha

**INDICADORES DE DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DA REGIÃO
CENTRO-OESTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

GOIÂNIA - GO

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo do autor: **Aécio Jordan Ferreira Rocha**

Título do trabalho: **Indicadores de Desempenho das Instituições Federais da Região Centro-Oeste: Uma análise comparativa.**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)s autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Da Silva Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 14/09/2022, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **AÉCIO JORDAN FERREIRA ROCHA, Discente**, em 14/09/2022, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Processo:

23070.046015/2022-18

Documento:

3189043



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3189043** e o código CRC **4ED7933F**.

Referência: Processo nº 23070.046015/2022-18

SEI nº 3189043

AÉCIO JORDAN FERREIRA ROCHA

**INDICADORES DE DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DA REGIÃO
CENTRO-OESTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis, Faculdade de
Administração, Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas, Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva
Oliveira

GOIÂNIA - GO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rocha, Aécio Jordan Ferreira Rocha
INDICADORES DE DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA [manuscrito] / Aécio Jordan Ferreira Rocha Rocha.
2022.
XXV, 35 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis
e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2022.
Anexos.
Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. Desempenho, Indicadores, IFES, TCU. I. Oliveira, Luiz Carlos
da Silva , orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) trinta em um dia(s) do mês de agosto do ano de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) intitulado “**INDICADORES DE DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**”, de autoria do discente Aécio Jordan Ferreira Rocha do curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo presidente da banca Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Oliveira - FACE/UFG com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Celma Ferreira Duque - FACE/UFG, Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira - FACE / UFG. Após exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Banca Examinadora. Nesta arguição a Banca buscou aferir a suficiência de conhecimento e a capacidade de sistematização do tema desenvolvido pelo discente em seu TCC II. Após realização dos comentários de cada um dos professores examinadores, a Banca reuniu-se reservadamente e atribuiu a nota final **7,0 (sete)**, tendo sido o TCC II considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Da Silva Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2022, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celma Duque Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 14/09/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Jorge De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 14/09/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3180155** e o código CRC **D5F0CACA**.

Referência: Processo nº 23070.046001/2022-96

SEI nº 3180155

Criado por [luiz_carlos_oliveira](#), versão 3 por [luiz_carlos_oliveira](#) em 13/09/2022 12:18:39.

RESUMO

Resumo: O Tribunal de Contas da União (TCU), do ano de 2002 em diante, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) incluam nove indicadores de desempenho em seus relatórios de gestão, com a finalidade de construir uma série histórica que evidencie a evolução de perspectivas gerenciais importantes, direcionando gestores às boas práticas administrativas. Por conta da crescente necessidade de mensurar o nível de eficiência do setor público e com base nos indicadores de desempenho elaborados pelo TCU, esse trabalho tem como objetivo analisar o comportamento das Universidades Federais do Centro-Oeste em relação aos indicadores de desempenho do TCU. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho é de natureza aplicada. Com relação aos objetivos, é descritiva; quanto aos procedimentos, é documental; e a abordagem do problema é desenvolvida sob o aspecto qualitativo e quantitativo. Os resultados revelam que a maturidade das instituições e dotação orçamentária de cada uma se mostrou fundamental para que as instituições apresentassem bons indicadores nos quesitos analisados.

Palavras-chave: Desempenho, Indicadores, IFES, TCU.

ABSTRACT

Abstract: The Federal Court of Accounts (TCU), from 2002 onwards, determined that the Federal Institutions of Higher Education (IFES) include nine performance indicators in their management reports, in order to build a historical series that highlights the evolution of important managerial perspectives, directing managers to good administrative practices. Due to the growing need to measure the level of efficiency of the public sector and based on performance indicators prepared by TCU, this article aims to analyze the behavior of Federal Universities in the Midwest in relation to TCU's performance indicators. The methodology used for the development of the work is of an applied nature. Regarding the objectives, it is descriptive; as for the procedures, it is documentary; and the approach to the problem is developed from a qualitative and quantitative point of view. The results reveal that the maturity of the institutions and the budgetary capacity of each one proved to be fundamental for the institutions to present good indicators in the analyzed items.

Keywords: Performance, Indicators, IFES, TCU.

TABELAS

TABELA 1 Indicadores do TCU -----19

TABELA 2 Resumo Orçamentário -----24

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) -----	26
GRÁFICO 2 Custo Corrente / Aluno Equivalente -----	27
GRÁFICO 3 Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente -----	28
GRÁFICO 4 Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente -----	29
GRÁFICO 5 Funcionário Equivalente / Professor Equivalente -----	30
GRÁFICO 6 Grau de Participação Estudantil (GPE) -----	31
GRÁFICO 7 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) -----	32
GRÁFICO 8 Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação -----	33
GRÁFICO 9 Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD -----	34

Sumário

1.Introdução.....	14
2. Revisão da Literatura.....	15
2.1. Governança pública	15
2.2. Desempenho Organizacional na Administração Pública.....	16
2.3 Indicadores de Desempenho	17
3. Métodos	18
3.1 Procedimentos Metodológicos.....	18
3.2. Caracterização das Universidades Federais Pesquisadas.....	21
3.3. Coleta e tratamentos de dados	25
4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA.....	26
5. CONCLUSÃO.....	34
Referências	36
Anexo 1	40
Anexo 2	40
Anexos 3.....	41
Anexos 4.....	41
Anexos 5.....	41

1.Introdução

A crescente pressão da sociedade por uma organização pública eficiente, enxuta, e focada em seus propósitos tem levado os gestores públicos a buscar instrumentos de gestão atualizados, transparentes e cientificamente reconhecidos como eficientes na busca da: valorização dos recursos do Estado; satisfação do cidadão-cliente; valorização dos funcionários públicos e ambiente moral do Estado (BROWN; POTOSKI, 2003).

Assim, a administração pública tem sido convocada a repensar a sua gestão de modo a reavaliar os seus processos e resultados. Sob tal perspectiva, a nova gestão pública tem se pautado em uma gestão por resultados, buscando desenvolver melhores desempenhos, eficiência no emprego dos recursos públicos e incremento na *accountability* governamental (Escola Nacional de Administração Pública; Abrucio, 2011).

Com a gestão por resultados, o tema: desempenho no setor público; passou a ser discutido com maior frequência. Akim e Mergulhão (2015) realizaram um estudo bibliométrico cujo resultado corrobora com essa afirmação, revelando que a medição de desempenho é um campo emergente.

Toda essa preocupação com a informação visa tornar as instituições públicas mais eficientes e conseqüentemente entregando resultados na sua área de atuação. Buscar a eficiência é melhorar os resultados com responsabilidade, beneficiando os cidadãos (SANTOS, 2016).

Por isso tudo, e principalmente com enfoque no resultado, é importante mensurar o desempenho das Ifes para posterior avaliação dos resultados encontrados. É um esforço necessário para as instituições evoluírem na gestão do negócio e também como medida de transparência institucional.

Nesse contexto, esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Como é a performance da IFES da região centro-oeste em relação aos indicadores de desempenho do TCU?

O objetivo geral é fazer uma análise da performance das IFES da região Centro-Oeste em relação aos indicadores de desempenho do TCU.

A presente análise não pretende esgotar a discussão sobre o desempenho institucional da UFG, mas verificar a condição atual de eficiência da administração desta instituição com base na comparação dos resultados obtidos por outras instituições federais de ensino superior situadas na Região Centro-Oeste do país.

O presente trabalho justifica-se pela importância da construção de uma série histórica para acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho das IFES, o que poderá indicar, ao longo dos anos, a necessidade de melhorar em áreas específicas, ou mesmo a corrigir eventuais distorções. Tendo em vista que os indicadores do TCU foram criados com o propósito de subsidiar a tomada de decisão, aumentando o leque de conhecimento dos gestores que os direcionem as ações que promovam melhorias no desempenho das instituições. As informações gerenciais extraídas desse acompanhamento deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade pelos Controles Interno e Externo. Essa seleção orientará trabalhos como a análise das Contas do Governo e auditorias de natureza operacional, direcionadas à identificação de boas práticas e de oportunidades de melhoria na gestão. Seguindo o mesmo raciocínio, esses dados poderão ser utilizados pelo Ministério da Educação, no monitoramento já realizado das ações e resultados das IFES. É esperado também que o acompanhamento da evolução desses indicadores possa ser útil como ferramenta de apoio à necessária autoavaliação institucional.

Este estudo está estruturado em cinco diferentes seções. A introdução contextualiza e estabelece a questão problema, os objetivos e estrutura do trabalho. A segunda apresenta uma revisão de literatura sobre governança pública e desempenho organizacional na administração pública e também como surgiu os indicadores de desempenho do TCU além da sua forma de cálculo. A terceira enfoca o método da pesquisa, bem como a amostra e o instrumento utilizado; a quarta seção enfoca as análises e os resultados alcançados e, por último, as considerações finais da pesquisa.

2. Revisão da Literatura

2.1. Governança pública

A raiz da palavra governança vem de um vocábulo grego que significa direção. Assim, o significado fundamental da governança é dirigir a economia e a sociedade visando objetivos coletivos. Tal definição é corroborada por TARANTINO (2008) que aponta que a origem latina do termo governança se refere à direção, à autoridade legal, as normas regulamentares e do uso de recursos institucionais para gerir.

Segundo Mello (2006), a governança, por se basear nos princípios de transparência, integridade e responsabilidade, pode contribuir positivamente para a melhoria do setor público brasileiro. Na visão do autor, apoiar a governança com ferramentas que facilitem as

tomadas de decisão dos altos gestores - também das organizações públicas – é essencial para a transformação da realidade percebida pela população brasileira, tanto na administração pública quanto na destinação e emprego dos recursos financeiros, arrecadados por meio de impostos.

A primeira característica relevante que pode influenciar sobremaneira o processo de tomada de decisão, quanto aos objetivos a serem perseguidos e à racionalidade econômica no uso dos recursos públicos, refere-se às dificuldades culturais para o fortalecimento dos elementos meritocráticos de alocação dos recursos humanos necessários à consecução das políticas públicas, um dos principais objetivos das reformas da Nova Gestão Pública.

Nesse sentido, parte da gestão das instituições pública a definição de métricas e planejamento para que se tenha uma boa tomada de decisão por parte dos administradores. Entretanto, não se cria métricas de desempenho sem informações relevantes para o processo de gestão e tomada de decisão. Dessa forma, a maneira mais efetiva de se tomar decisões estratégicas é buscar quantificar e medir, através de indicadores de desempenho, as ações planejadas e executadas. Assim pode-se atingir da forma confiável e rápida as melhores soluções para a organização (MARANHÃO; MACIEIRA, 2006).

De acordo com Beuren (2000, p. 43) a informação é fundamental no apoio às estratégias e processos de tomada de decisão. Já na visão de Razzolini Filho et al. (2009, p. 2) a qualidade das decisões tomadas é diretamente proporcional a qualidade das informações disponíveis durante o processo decisório.

A governança surge como um novo paradigma distinto da nova gestão pública, cujo conjunto de práticas busca o aperfeiçoamento do desempenho da gestão nas organizações. O TCU tem buscado contribuir com esse aperfeiçoamento e dar consecução à concretização dessas novas demandas. Portanto, mensurar o desempenho da administração com o intuito de verificar se ela está atendendo ao seu fim básico está diretamente associado ao mecanismo de controle e governança.

2.2. Desempenho Organizacional na Administração Pública

As várias abordagens de desempenho organizacional, que atualmente existem foram desenvolvidas para atender a propósitos específicos e, de forma geral, cumprem duas finalidades. Enquanto algumas se preocupam em avaliar o desempenho sob uma perspectiva macro, isto é, considerando a organização como um todo, outras se preocupam em avaliar o desempenho sob uma perspectiva micro, ou seja, considerando somente uma área ou

contextos específicos na organização. Também, algumas abordagens possuem flexibilidade para atender aos dois contextos citados, o micro e o macro.

De acordo com Combs, Crook e Shook (2005) embora a literatura mencione preocupações com a questão da adequação das diferentes abordagens para a utilização conceitual e mensuração de desempenho, nenhuma, isoladamente, é capaz de abranger todos os aspectos relevantes do desempenho organizacional.

O próprio TCU alerta quanto a utilização isolada dos indicadores propostos por ela e ressalta que sozinhos não há a possibilidade de tirar conclusões definitivas sobre o desempenho das IFES.

Devido à grande heterogeneidade apresentada pelas IFES, o conjunto de indicadores, pela sua simplicidade, mostrou-se incapaz de, isoladamente, permitir conclusões sobre o desempenho das instituições. Com essa perspectiva como ponto de partida, a Decisão do TCU não teve por objetivo a obtenção de dados para avaliação da condução gerencial da IFES. Tampouco há intenção de estabelecer classificação hierárquica e alternativa de instituições, duplicando-se o trabalho já sistematicamente realizado pela SESU. (BRASIL, 2007, p. 3)

A intenção precípua das análises comparativas feitas neste trabalho é indicar pontos focais de aprimoramento ou de correção, e não de levar a qualquer conclusão para ranquear Universidades em melhores ou piores.

2.3 Indicadores de Desempenho

O desempenho de uma organização pode ser mensurado por indicadores e métricas que podem ser considerados substanciais para possibilitar a mensuração do desempenho no contexto organizacional.

Dessa forma, Kaplan e Norton (2001) abordam que os principais objetivos dos indicadores de desempenho visam auxiliarem os gestores públicos por meio de evidências empíricas, viabilizando comparações e avaliações consistentes e, especialmente, criar condições para dá suporte às decisões de curto e longo prazo. Ainda na visão dos autores, os órgãos públicos preferem usar mais indicadores de produto a de resultado, pois, mensuram os recursos empregados de maneira quantitativa e está associado à busca da eficácia organizacional.

Dada a importância e relevância dos indicadores na literatura, uma auditoria de natureza operacional realizada na Universidade de Brasília, que tinha como objetivo a seleção e a apuração de indicadores que pudessem retratar aspectos relevantes do desempenho das instituições de ensino superior, foi lançado o conjunto inicial dos indicadores de desempenho do TCU (TCU, 2018a). A partir de então, grupo de contato, ficou responsável pela padronização e implementação destes, além de fazer orientações gerais. Esse grupo é formado por representantes do tribunal de contas da União, da Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC e da Secretaria Federal de controle Interno – SFC (TCU, 2018a).

O objetivo da sua criação, é de gerar uma série histórica para acompanhar a evolução de aspectos importantes do desempenho de todas as IFES, o que poderá indicar, ao longo dos anos, a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas, ou mesmo a correção de eventuais disfunções (TCU, 2018a).

A obrigatoriedade de incluir indicadores de desempenho de gestão nasce da Decisão nº 408/2002 - TCU - Plenário e deverão ser incluídos nos Relatórios de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a partir do ano de 2002.

No entanto, os mesmos devem ser considerados apenas como ferramenta auxiliar no acompanhamento do desempenho das entidades, a finalidade principal da criação destes indicadores é aprimorar a gestão das instituições federais de ensino superior. Para isso, é imprescindível a participação efetiva e padronizada dos envolvidos.

3. Métodos

3.1 Procedimentos Metodológicos

A abordagem da pesquisa foi qualitativa e descritiva, pois o estudo priorizará a descrição, a busca de significado, a compreensão e a interpretação do fenômeno em um contexto dado.

Na visão de Gil (2008):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Dentro da abordagem descritiva, a metodologia a ser utilizada como técnica de pesquisa foi o estudo de caso único. Adotara-se a tipologia de Stake (2000) o qual enfoca que o estudo de caso intrínseco é aquele em que o pesquisador pretende obter uma melhor

compreensão do próprio caso. O objetivo não é o de construir teoria, mas sim o de levar adiante uma investigação oriunda do interesse intrínseco pela sua especificidade.

Esta pesquisa fez o uso da análise documental, mais especificadamente relatórios de gestão da IFES da região centro-oeste. O uso destes, na pesquisa, permitiu compreender os processos relacionados aos controles aplicados de indicadores e desempenho nas Universidades Federal da região Centro-Oeste.

Além disso, a pesquisa é ex-pos-facto, posto que segundo Pedron (2001) é um experimento que se realiza depois dos fatos acontecidos espontaneamente, e por isso não se tem controle sobre as variáveis, tornando o pesquisador em mero observador do fenômeno.

TABELA 1 - Indicadores do TCU

Indicadores do TCU	Descrição do indicador	O que esperar deste indicador?
(IND-1) Custo Corrente/Aluno Equivalente	O indicador (Custo Corrente/Aluno Equivalente) representa a relação entre as despesas correntes de todas as unidades gestoras menos as despesas com sentenças judiciais, aposentadorias, reformas e pensões, pessoal afastado ou cedido e, também 65% das despesas correntes dos hospitais universitários e maternidade; pelo aluno equivalente que é o número de alunos equivalentes da graduação, mais o número de alunos em tempo integral de pós-graduação e de residência médica. Com as adaptações propostas pelos acórdãos 1043 e 2167/2006, motivados pelas sugestões da IFES, o TCU possibilitou calcular este indicador considerando Hospital Universitário ou não, se considerar exclui 65% das despesas correntes e se não considerar, exclui 100%.	Quanto mais baixo o custo aluno, mais econômica é a formação do alunado. Entretanto, deve-se sempre avaliar o custo benefício entre a formação de qualidade e o gasto para mantê-la.

<p>(IND-2) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente;</p>	<p>O indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente releva a relação entre o número de alunos em tempo integral e número de professores equivalentes. Para: 0,5 para 20 horas por semana e 1 para dedicação exclusiva ou 40 horas por semana, por exemplo, um corpo docente com um professor em regime de 20 horas semanais e um com 40 horas semanais serão equivalentes a 1,5 professores. Portanto, o IND-2 representa proporcionalmente a quantidade de alunos que estão sob a tutela acadêmica de um professor.</p>	<p>Neste indicador, quanto maior for a proporção entre professores e alunos, maior é o indicador e consequente mais satisfatório é.</p>
<p>(IND-3) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente;</p>	<p>Esse indicador demonstra a produtividade dos funcionários das instituições, evidenciando a proporção de alunos atendidos por determinada quantidade de funcionários. Para o cálculo deste indicador há a atribuição de pesos da seguinte forma; 5 para os que trabalham 20 horas por semana, 0,75 para os que trabalham 30 horas por semana e 1 para os que trabalham 40 horas por semana.</p>	<p>Neste indicador, quanto maior for a proporção entre colaboradores e alunos, maior é o indicador. Neste também, quanto maior o indicador, tende a ser melhor o resultado para a qualidade do curso e também para a experiência formativa.</p>
<p>(IND-4) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente;</p>	<p>O indicador Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente é a razão entre o número de funcionários equivalentes pelo número de professor equivalente, encontrados pelas relações de peso já apresentadas.</p>	<p>Neste indicador, quanto maior for a proporção entre colaboradores e professores maior é o indicador. Neste também, quanto maior o indicador, tende a ser melhor o resultado para a qualidade do curso e também para o trabalho para os professores.</p>
<p>(IND-5) Grau de Participação Estudantil (GPE);</p>	<p>Este indicador é obtido pela razão do número de alunos em tempo integral pelo número de alunos matriculados nos cursos de graduação. Ele mede a velocidade de integralização de créditos dos alunos e também a intensidade de utilização do alunado da capacidade instalada das IFES.</p>	<p>Neste indicador, quanto maior for o indicador, tende a ser melhor o resultado para a qualidade do curso e também para a experiência formativa</p>

(IND-6) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG);	É obtida pela razão entre o total de alunos vinculados a pós-graduação em relação a soma do total de alunos da graduação e da pós-graduação. Esse indicador revela o grau de sucesso de participação dos alunos com os programas de pós graduação	Neste indicador, quanto maior melhor pois tende a ser melhor o resultado para a qualidade do curso e também para a experiência formativa
(IND-7) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;	Este indicador avalia a qualidade dos cursos stricto sensu do curso de pós graduação das instituições. A nota atribuída varia de 0 a 7 de leva em consideração variáveis como: N° de publicações dos docentes e discentes, qualidade da estrutura, tempo de permanência dentre outros.	Neste, quanto maior o indicador melhor, pois tende a ser melhor o resultado para a qualidade do curso e também para a experiência formativa
(IND-8) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);	Este, define a qualificação do quadro de professores das instituições. Para fazer isso, é atribuída uma nota que varia de 1 até 5, de forma que o professor titulado graduado possui nota 1; já o que possui especialização tem nota 2 e o que doutorado tem nota 5.	Neste indicador, quanto mais qualificação profissional maior vai ser o indicador. Consequentemente, tende a fazer dos cursos de graduação melhores, pois professores mais qualificados possuem a capacidade de formar melhor o alunado.
(IND-9) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG);	É a razão entre o número de alunos novos com o número de formandos ajustado com o ano de entrada na instituição e com o tempo máximo de permanência definidos.	Quanto maior for o indicador para esse quesito, melhor é para a instituição pois demonstra um maior sucesso nas graduações.

Fonte: autoria própria, baseado no manual de indicadores do TCU

3.2. Caracterização das Universidades Federais Pesquisadas

Universidade Federal de Goiás (UFG)

A Universidade Federal de Goiás goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedece ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil. A organização e o funcionamento da Universidade reger-se-ão pelas normas do sistema federal de ensino, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral da Universidade e por normas complementares.

Sobre a sua finalidade: é transmitir, sistematizar e produzir conhecimentos, ampliando e aprofundando a formação humana, profissional, crítica e reflexiva.

A organização da Universidade, a mesma é dividida em unidades acadêmicas que são organismos acadêmicos que abrigará cursos de graduação, de mestrado e de doutorado e desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Só para se ter uma noção numérica da relevância desta instituição e o quanto ela cresceu nos últimos anos, a UFG passou de 13.000 estudantes na graduação em 2006, para aproximadamente 21.000 em 2020, já considerando a redução do número de estudantes devido à criação da Universidade Federal de Jataí e da Universidade Federal de Catalão. Esta, dentre outras inúmeras características faz desta instituição uma das mais importantes nacionalmente.

Universidade de Brasília (UNB)

De acordo com o Art. 207 da Constituição Federal, a Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição que possui autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial; e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A UnB atua em todas as áreas do conhecimento (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas Linguística, Letras e Artes; e multidisciplinar).

Possui em uma estrutura composta por 4 campus - Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama - os quais possuem 12 institutos, 14 faculdades, 55 departamentos, 17 centros, 8 decanatos, 4 secretarias e/ou assessorias, 8 órgãos complementares, 5 órgãos auxiliares, 2 hospitais veterinários, 1 fazenda, 1 Biblioteca Central e 5 Bibliotecas Setoriais

A sua missão é de ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.”

Universidade Federal de Jataí (UFJ)

A Universidade Federal de Jataí (UFJ), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.840.659/0001-30, foi criada por meio da Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018, por

desmembramento da Universidade Federal de Goiás (UFG). A UFJ é uma instituição pública federal de educação superior, com sede no município de Jataí/GO, no Sudoeste de Goiás.

Mesmo com autonomia, a UFG permanece como tutora da UFJ. O ato foi regulamentado pelo Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretária de Educação Superior, do Ministério da Educação, e a UFG, assinado em 26 de dezembro de 2018, o 1º Termo Aditivo, de 02 de dezembro de 2019, e 2º Termo Aditivo, com vigência no período de 10 de fevereiro de 2020 a 10 de fevereiro de 2021.

A UFJ tem a missão de produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com o intuito de proporcionar a formação sólida e humanística de profissionais, docentes, pesquisadores e, sobretudo, de cidadãos comprometidos com os valores éticos, democráticos e com a transformação da sociedade.

Universidade Feral de Mato Grosso (UFMT)

A Universidade Federal de Mato Grosso, com sede na cidade de Cuiabá, foi fundada em 10 de dezembro de 1970, através da Lei n.º 5.647. Formada, inicialmente, pela junção da Faculdade de Direito e do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, a Universidade conquistou na primeira década de sua existência alguns avanços em termos de estrutura física de seu campus e a criação de seus primeiros centros de ensino: Ciências Sociais, Ciências Exatas e Tecnológicas, Ciências Agrárias e Ciências Biológicas.

Ao longo de sua existência, a UFMT tornou-se referência em ensino, pesquisa e extensão no estado de Mato Grosso, voltado para a construção do desenvolvimento sustentável, através de formas inovadoras de articulação das potencialidades humanas e na cooperação com entidades de diferentes esferas administrativas e da sociedade organizada

Universidade Feral de Mato Grosso do Sul (UFMS)

A UFMS, criada pela Lei Federal nº 6.674, em 5 de julho de 1979, é uma universidade pública federal que têm um papel significativo na geração de oportunidades de aprendizado para toda a sociedade. O caráter público traz em seu contexto a responsabilidade social da UFMS, de poder contribuir e atuar como força transformadora dos arranjos econômicos ou sociais, por meio do desenvolvimento e socialização do ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo, inovação e gestão, contribuindo para o desenvolvimento da realidade local, regional e nacional.

Tem como missão “Desenvolver e socializar o conhecimento, formando profissionais qualificados para a transformação da sociedade e o crescimento sustentável do país”.

Universidade Feral de Rondonópolis (UFR)

A Universidade Federal de Rondonópolis foi criada pela Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018. Sua implantação, contudo, enquanto universidade autônoma, deu-se efetivamente com a nomeação da Reitora, e após a inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da nova instituição, cujo número é 35.854.176/0001-95.

É a segunda universidade pública federal do Estado de Mato Grosso, com uma trajetória de mais de 40 anos, marcada historicamente por lutas que remontam ao ano de 1974, quando os habitantes da cidade pleitearam a criação de cursos de ensino superior junto ao Centro Pedagógico de Corumbá, da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

Hoje, após imenso esforço e dedicação conjunta de estudantes, técnicos e professores, a instituição conta com mais de 4300 estudantes matriculados em 19 cursos regulares de graduação presencial e 13 cursos de pós-graduação. São mais de 300 professores concursados, aproximadamente 60 substitutos e 90 técnicos administrativos em educação que, juntos, trabalham com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da UFR nos pilares ensino, pesquisa, extensão e inovação, em todas as áreas do conhecimento, guiando-se por padrões de qualidade que contribuem para a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos e competentes, sobretudo, éticos.

Universidade Feral de Grande Dourados (UFGD)

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada pela Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) tem como missão a atuação com excelência nos pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma a criar valor para a sociedade. Diante da necessidade de conhecimento científico e tecnológico para aproveitamento do potencial econômico e desenvolvimento da região de forma sustentável, a UFGD busca promover um ambiente plural e inclusivo.

Correspondendo ao segundo município mais populoso do estado de MS, Dourados tem uma população estimada de 227.990 habitantes em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Dourados apresenta ainda a maior reserva indígena urbana do Brasil, com estimativa de 15 mil pessoas de diferentes etnias.

No ano de 2021, a UFGD possuía uma área total de 3.913.341 m², distribuída entre Unidade I, Unidade II (campus), Unidade III (Prédio Faculdade de Direito e Relações Internacionais - FADIR), Unidade IV (Fazenda Experimental de Ciências Agrárias - FAECA) em que há obras em andamento, Hospital Universitário, Terreno I (Casa do Estudante) e Prédio (Casa do Estudante). Contava ainda com um espaço para as ações administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, correspondente ao imóvel localizado no município de Dourados e referente ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), cujo Termo de Guarda Provisória foi assinado por esta instituição e a Secretaria do Patrimônio da União do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2019.

TABELA 2 – RESUMO ORÇAMENTÁRIO

Universidades	Ano de criação ou desmembramento	Dotação Orçamentária Atualizada	Valores Empenhados	Alunos Matriculados	Possui Hospital Universitário?
UNB	1962	R\$ 199.082.837,50	R\$ 199.082.837,50	34.914,00	Sim
UFG	1960	R\$ 123.464.047,00	R\$ 122.247.185,58	25.449,00	Sim
UFMS	1962	R\$ 88.351.620,00	R\$ 86.167.059,61	18.827,00	Sim
UFMT	1970	R\$ 88.824.960,00	R\$ 84.941.951,53	20.576,00	Sim
UFGD	2005	R\$ 30.635.249,00	R\$ 30.464.568,95	6.959,00	Sim
UFR	2018	R\$ 4.637.000,00	R\$ 4.617.771,17	4.300,00	Sim
UFJ	2018	R\$ 5.364.078,00	R\$ 4.143.180,90	4.342,00	Sim

Fonte: autoria própria, baseado em dados disponibilizados pelo MEC – Universidade 360.

3.3. Coleta e tratamentos de dados

Para realização da pesquisa foram coletados dados dos Relatórios de Gestão das Universidade Federais do Centro-Oeste, que são elaborados para apresentação aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, assim como determinado pelo art. 70 da Constituição Federal. A Universidade Federal Catalão (UFCAT) ainda não divulgou seus indicadores de nenhum ano. Já a Universidade Federal de Rondonópolis divulgou apenas seus indicadores do ano de 2020. Diante disso, a UFCAT foi excluída das análises e para a

UFR foi considerado apenas nas comparações feitas para o ano de 2020. As demais Universidades (UFG, UFJ, UFGD, UFT, UFMT, UNB), foram feitas as análises dos indicadores tendo como referências os seus dados divulgados para o ano de 2020.

4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA

a) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

O indicador de taxa de sucesso na graduação (TSG) é o que representa o número de alunos ingressantes nas IFES, pela razão do número de diplomados em tempo regular. Dito isso, quanto mais próximo de 100%, melhor é o desempenho da instituição, pois numa visão quantitativa, mostra o potencial da instituição em formar novos alunos.

Aqui vemos as maiores Universidades tanto em número de alunos, quanto em dotação orçamentária com indicadores totalmente opostos. A UNB possui o pior indicador entre as Universidades pesquisadas, enquanto a UFG possui o melhor. O que causa uma surpresa, tendo em vista que o valor da dotação orçamentária para ambas e também o quantitativo de alunos são semelhantes. Sabendo disso, é importante ter uma atenção especial da gestão da UNB para esse indicador. Uma boa ideia seria adotar as boas práticas da UFG que levou-a ser destaque neste indicador.

A Universidade Federal de Jataí também, embora tenha se desmembrando da Universidade Federal de Goiás recentemente (2018), se destaca com o 2º melhor índice.

Gráfico 1 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

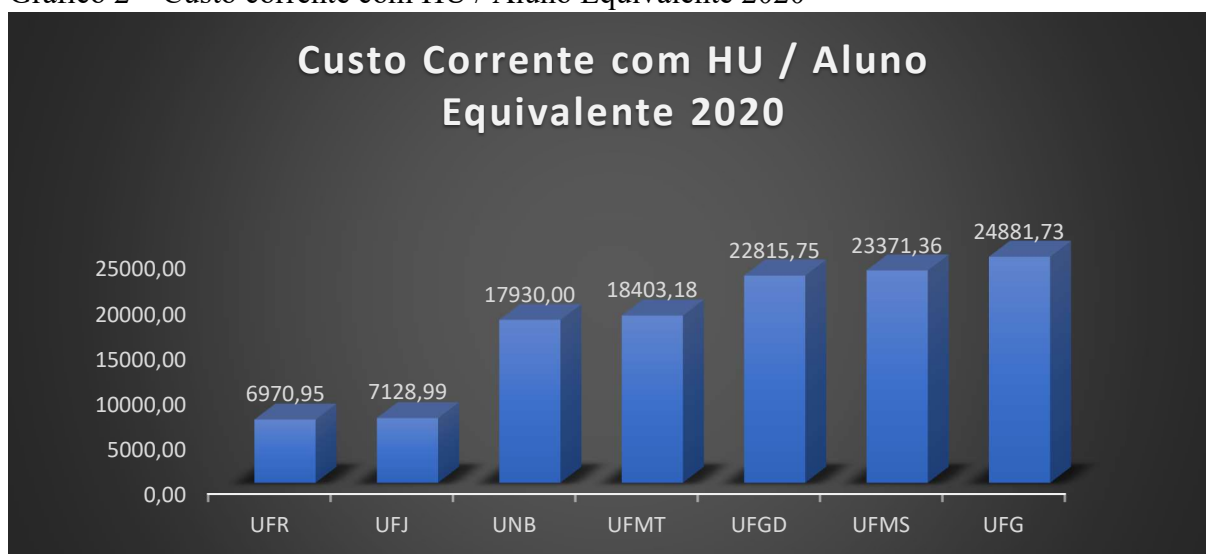
b) Custo Corrente / Aluno Equivalente

Esse indicador representa o total custos de manutenção da estrutura das Universidades dividido pelo total de alunos da instituição.

É importante destacar que um maior custo por aluno não significa, necessariamente, que a instituição não observa o princípio da economicidade. O objetivo precípua das IFES, ou pelos menos é que se almeja, é formar e formar com qualidade. Observando o indicador de TSG, mencionado no tópico anterior, pode-se inferir que a UFG tem o maior custo aluno, no entanto possui a melhor taxa de sucesso na graduação das instituições pesquisas.

Aqui, a Universidade com o menor custo é a Universidade de Rondonópolis com um gasto de R\$6.970,95 por aluno. Fatores que justificam esse indicador é a quantidade de recursos destinados a Universidade, em razão da quantidade de alunos. É válido lembrar que as Universidades que possuem orçamentos maiores, também possuem um número elevado de alunos matriculados. Dito isso, podemos afirmar que guardada as devidas proporções, a UFR se destaca no quesito analisado em relação as outras Universidades.

Gráfico 2 – Custo corrente com HU / Aluno Equivalente 2020

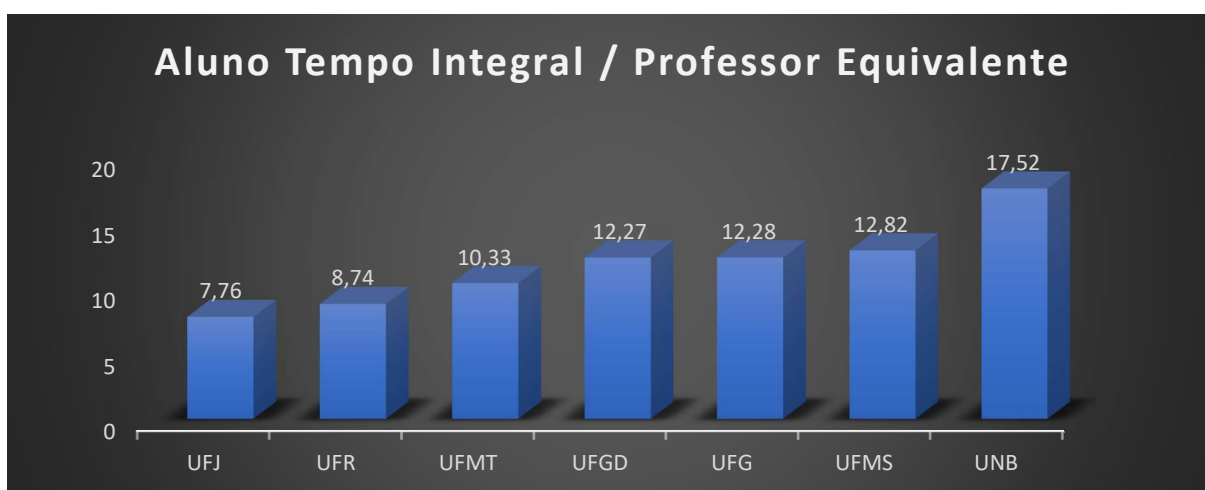


Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

c) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente

Em 2020, a média de alunos para cada professor nas Universidades do Centro-Oeste foi de 11,67. A UFG tem resultados bem próximos da média. Cada professor equivalente da UFG atende em média 12,28 alunos em tempo integral. As Universidades Federais de Mato Grosso do Sul, a Federal de Goiás e a Universidade de Grande Dourados são as que apresentam maior relação de aluno por professor, enquanto as Universidades de Rondonópolis e de Jataí apresentam os menores resultados. Esses menores resultados, tem relação com o desmembramento recente das Universidades mães, que tinham o quadro de docentes mais maduros e numerosos.

Gráfico 3 – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas

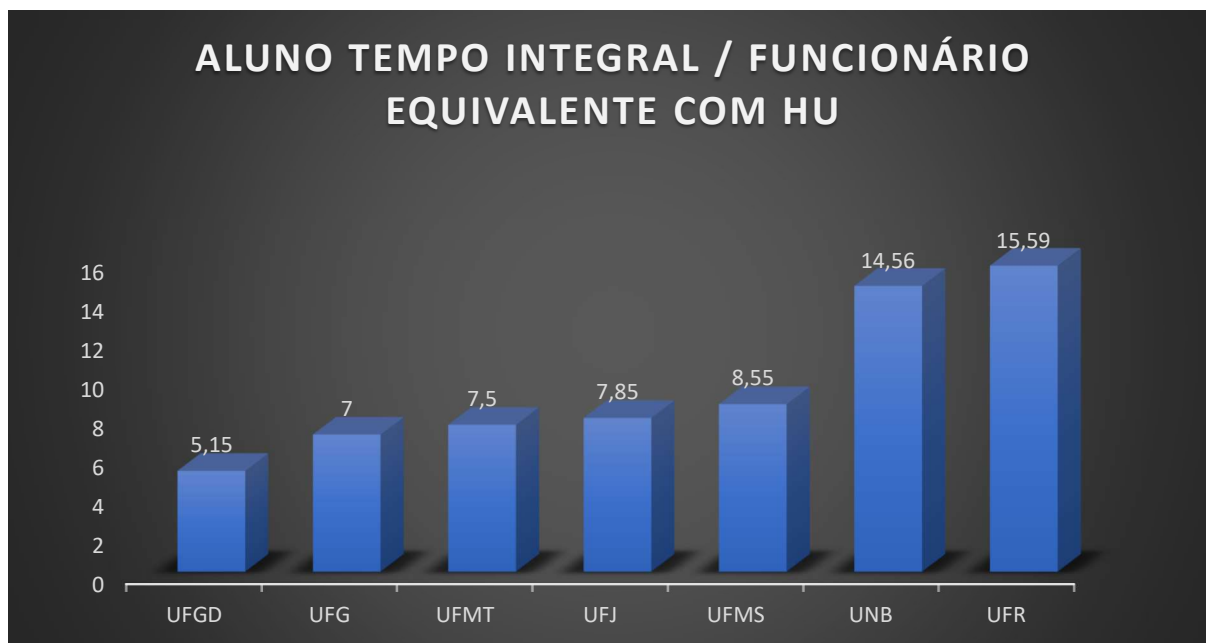
d) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente

Esse indicador mostra a relação entre o número alunos atendidos por funcionário. É importante, porque uma racionalização inteligente de recursos humanos faz uma Universidade mais eficiente e conseqüentemente que entrega mais resultados. A capacidade de resolução de problemas dos discentes e também a velocidade de resposta pode ser influenciada diretamente por esse indicador.

A Universidade de Rondonópolis chama a atenção pela capacidade de atendimento frente ao número de funcionários, atendendo mais que o dobro se comparado com a UFG. A UFGD apresenta a mais baixa proporção de alunos atendidos por funcionário equivalente, o

que pode indicar uma má racionalização de colaboradores. O que chama atenção é que a UFR atende mais que o triplo de alunos, em comparação direta com a UFGD.

Gráfico 4 – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

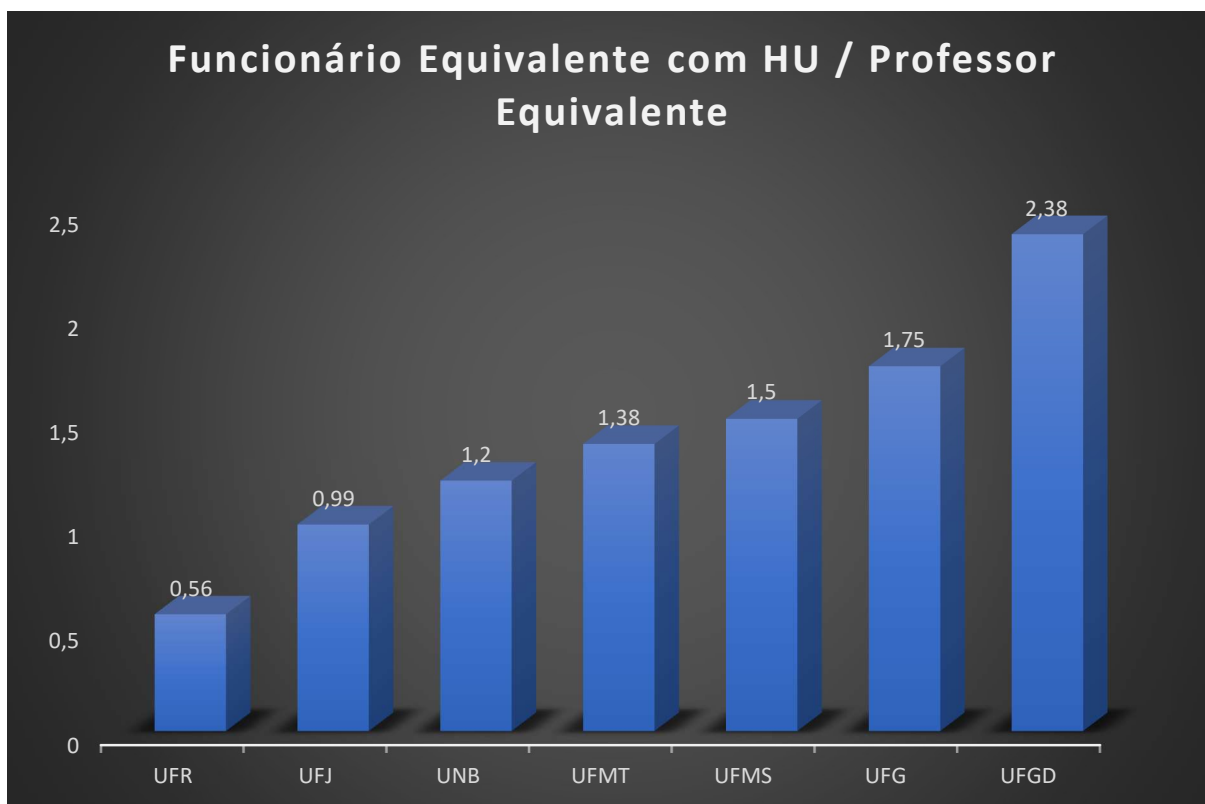
e) Funcionário Equivalente / Professor Equivalente

Este indicador revela a proporção do número de funcionários no quadro das Universidades do Centro-Oeste em relação ao número de professores.

Se ter uma boa relação de funcionários frente ao número de alunos da instituição é importante, ter uma boa relação entre funcionários e professores também é, pois eles também demandam serviços e precisam ter suporte para ministrar suas aulas. A UFGD apresenta, neste indicador, o maior valor em relação as outras IFES do Centro-Oeste com pouco mais de dois técnicos por professor.

O que chama atenção quando se analisa esse indicador é que a UFR se posiciona com o pior desempenho entre as pesquisadas e levando em consideração um indicador muito semelhante, mas com a variável alunos ao invés de professores, esta Universidade se destaca com o melhor índice. Podemos inferir a partir disso,

Gráfico 5 – Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

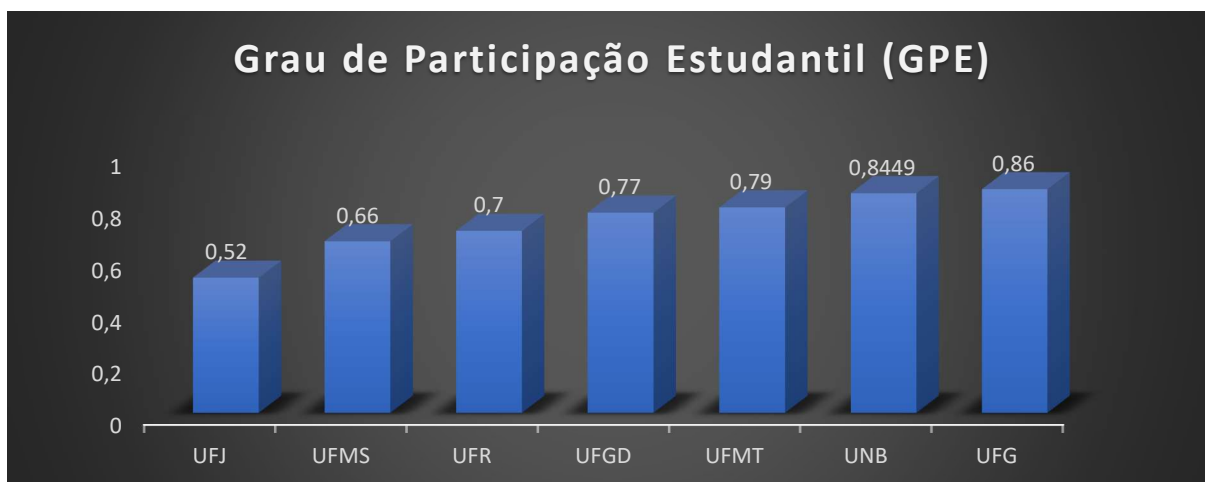
f) Grau de Participação Estudantil (GPE);

Representa a velocidade de integralização de matérias e também a quantidade de formandos que a instituição entrega. Esse indicador tem uma estreita relação com a quantidade de alunos ingressantes.

Percebe-se que a UFG é a que possui o maior coeficiente de GPE, dentre as Universidades Federais Pesquisadas, evidenciando que esta instituição tem um sucesso acima da média, dentre as pesquisas, de fazer com que o aluno utilize a capacidade instalada das Universidade e efetivamente concluam os créditos estipulados para as graduações no tempo adequado. É importante ressaltar, esse indicador foi o maior desde 2014 até 2021, sendo um forte indício do sucesso política de inclusão da UFG durante a pandemia de Covid-19. Uma série de medidas foi tomada e as aulas retomadas com a exigência de não deixar nenhum aluno sem acesso à internet ou qualquer outra condição que impeça de acompanhar as aulas online.

O indicador mais preocupante foi o UFJ, com 0,56 de grau de participação demonstra uma baixa participação estudantil se compararmos com as demais pesquisadas.

Gráfico 6 – Grau de Participação Estudantil (GPE)



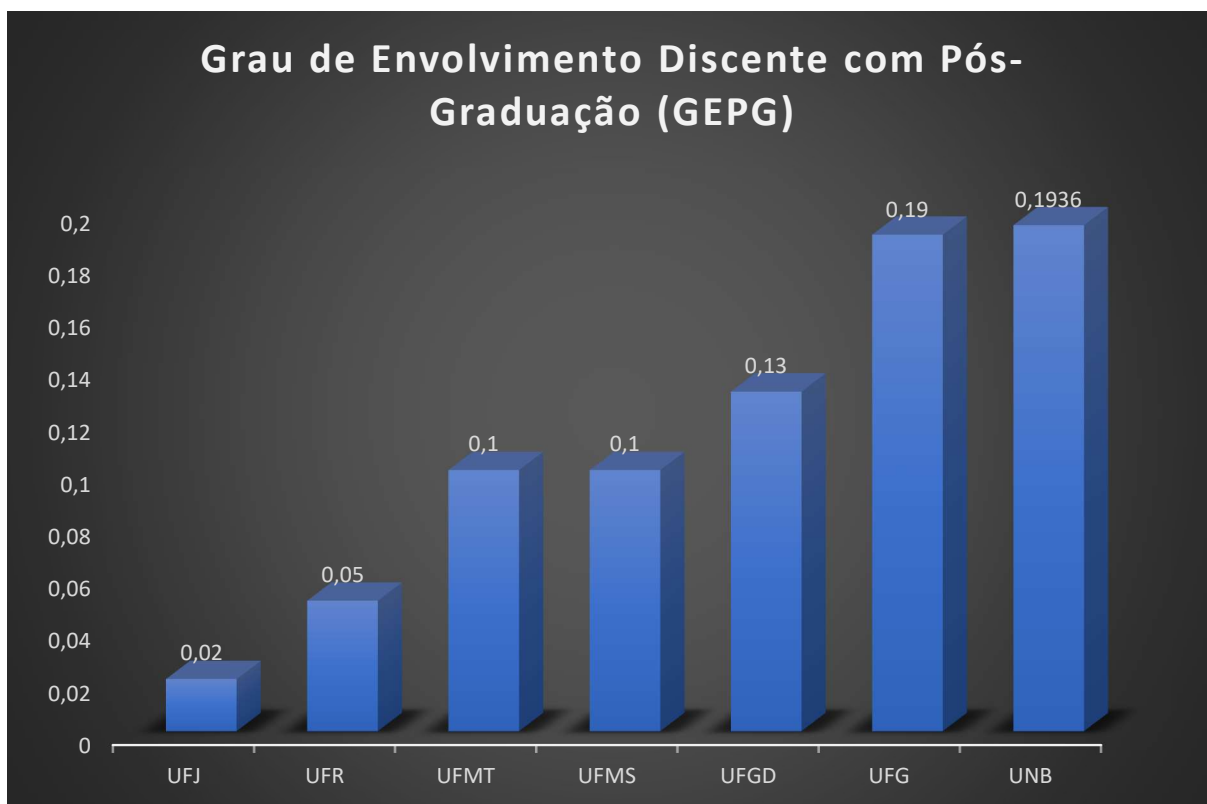
Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

g) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG);

O grau de envolvimento discente com Pós-Graduação (GEPG) representa o número de alunos envolvidos com Pós-Graduação em relação ao número total de alunos da instituição. A Universidade de Brasília apresenta o maior indicador das instituições analisadas, seguida da UFG em 2°. A menor participação fica com a Universidade Federal de Jataí, motivado pelo recente desmembramento da UFG, que leva a UFJ ainda ter resultados incipientes.

Este indicador é fortemente influenciado pelo número de alunos da graduação, por mais que o número de cursos de pós graduação aumentaram nos últimos anos, o crescente aumento no número de alunos da graduação faz com que esse indicador não apresente um resultado tão expressivo nas Universidades com pouco tempo de desmembramento como é caso da Universidade de Jataí e também da Universidade de Rondonópolis.

Gráfico 7 – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

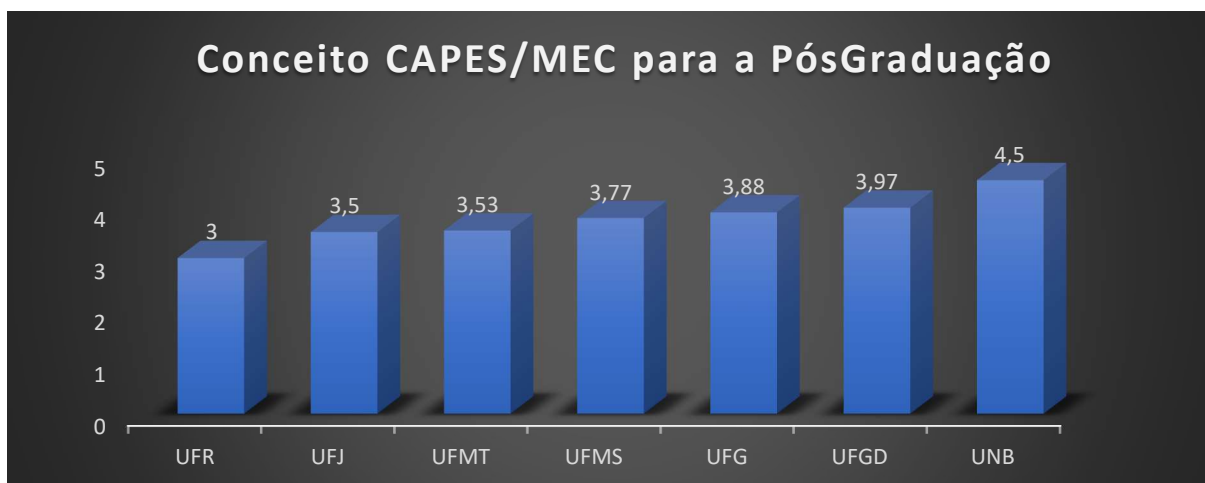
h) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;

Neste indicador não resta dúvida de quanto maior o indicador, melhor é a instituição no quesito pós-graduação *sticto sensu*. Para encontra-lo, divide-se todos os conceitos pelo número de programas avaliados. É um importante indicador também para medir o desempenho da IFES, principalmente seu comportamento ao longo dos anos, no quesito qualidade dos cursos de pós-graduação.

A Universidade de Brasília tem o maior sucesso dentre as pesquisadas neste quesito. Fatores como a produção e qualificação dos professores são fundamentais para o crescimento do indicador, além da estrutura e complexidade dos tipos de pós-graduação que são ofertadas.

Por um outro lado, a Universidade de Rondonópolis e a Universidade de Jataí são as mais recentes a serem desmembradas, o que foi feito ainda no recente ano de 2018. É natural que ainda tenham um programa de pós graduação ainda incipiente.

Gráfico 8 – Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (GPE)



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

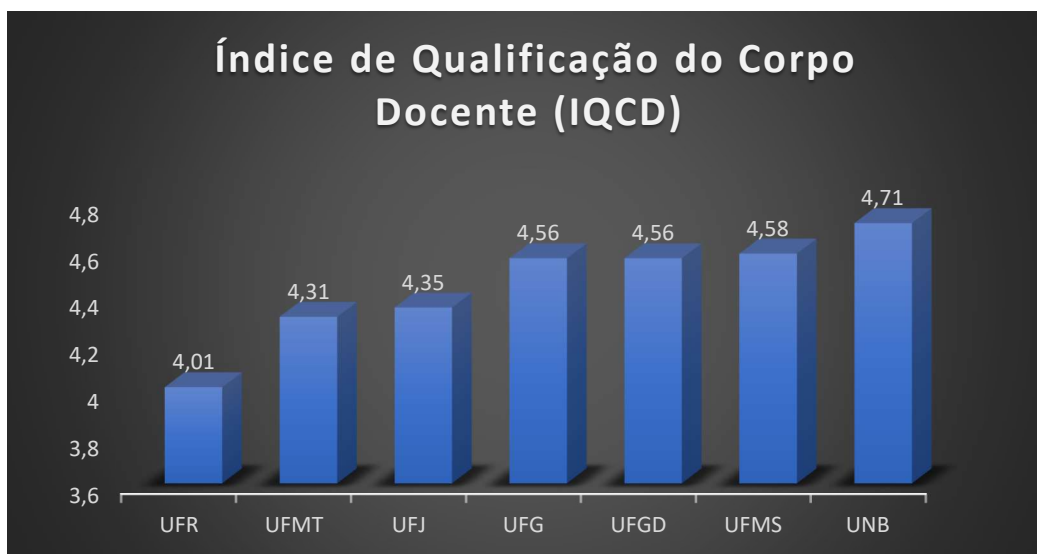
i) Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD;

Para o cálculo do índice de qualificação do corpo docente, é utilizada a quantidade de docentes, levando em consideração sua titulação (doutorado, mestrado, especialização ou graduação). Cada título tem um peso que é multiplicado pelo número de docentes com a titulação e dividido pelo número total de docentes.

A UNB figura com o melhor indicador (4,71). Esse indicador é fundamental para a qualidade dos cursos de graduação, tendo em vista que professores mais capacitados, são mais preparados para ministrar melhores aulas.

O menor indicador fica novamente para a Universidade Federal de Rondonópolis, que foi desmembrada em 2018 e por isso, ainda não possui um quadro de docentes bem qualificados, afinal, é demorada a qualificação destes o que tende a favorecer, nestas comparações, as Universidade com mais tempo de constituição.

Gráfico 9 – Índice de Qualificação do corpo Docente (IQCD)



Fonte: autoria própria, baseado nos relatórios de gestão das IFES mencionadas.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo realizar analisar o comportamento das IFES da região centro-oeste em relação aos indicadores de desempenho do TCU. Elas trazem reflexões importantes a respeito de temas sensíveis da qualidade da gestão das Universidades como: qualificação e quantidade de docentes por aluno, quantidade de funcionários pelo número de alunos, gastos com a formação do alunado, dentre outros. Pelas características diversas das Universidades e na tentativa de reduzir a disparidades destas características o estudo priorizou as Universidades do centro-oeste como dados de pesquisa.

É possível observar, que a maturidade das instituições e capacidade orçamentária de cada uma se mostrou fundamental para que as instituições apresentassem bons indicadores. Prova disso, é que que as Universidades Federal de Jatai e a Universidade Federal de Rondonópolis, ambas com as menores dotações orçamentárias e ano de criação mais recentes, figuraram quase que sempre com os mais baixos indicadores analisados. Por outro lado, a Universidade Federal de Goiás e a Universidade de Brasília, ambas com as maiores dotações orçamentárias e mais de 50 anos de criação figuram por repetidas vezes com os melhores indicadores entre as pesquisadas.

Diante das análises feitas aqui neste trabalho, podemos concluir também que a Universidade Federal de Goiás apresenta bons indicadores de sucesso nos quesitos estudados. Destaca-se, por exemplo, na taxa de sucesso de graduação (TSG) possuindo a maior, entre as instituições pesquisadas. No entanto, também possui o maior custo aluno evidenciando a

relação de proporcionalidade, pelo menos para esta instituição, de custo aluno e sucesso na graduação. Outro indicador também a ser mencionado é o de grau de participação estudantil (GPE). Em 2020, ano em a Universidade estava com todas suas aulas remotas por conta da pandemia de covid-19, foi evidenciado o maior coeficiente deste indicador desde 2016. Há evidências para acreditar que a política de inclusão digital de todos os alunos da instituição para a volta às aulas de forma remota tenha contribuído efetivamente para esse aumento.

Para futuras pesquisas, como sugestão é recomendável que faça comparações com os mesmos indicadores, mas diferente desta pesquisa que foi utilizado os aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos, use como parâmetro porte e quantidade de alunos das IFES. A mesma comparação também é possível levando em consideração os valores arrecadados e empenhados, pois fazendo assim, a comparação tende a ser mais equiparada e justa.

Por fim, espera-se que os resultados encontrados contribuam para a literatura sobre gestão e avaliação universitária, notadamente sobre instituições públicas de ensino superior. Todas as análises aqui feitas foram baseadas nos indicadores estabelecidos pelo TCU que possui como objetivo, indicar para gestão pontos de correção ou de aperfeiçoamento, guiando-os para obter padrões de qualidade que contribuem para a formação de profissionais e pesquisadores comprometidos e competentes, sobretudo, éticos.

Referências

- ALONSO, Marcos. *Custo no Serviço Público*. Texto para Discussão – ENAP. Brasília-DF: n
- ARAÚJO, A. O.; PEREIRA, T. R. L. Estado da arte dos custos aplicados ao setor público e a informação gerada. **Revista Gestão & Conhecimento**, v. 9, nº 1, jan./jul. 2015.
- ANTONY, J. P.; BHATTACHARYYA, S. Measuring organizational performance and organizational excellence of SMEs – Part 2: an empirical study on SMEs in India. **Measuring Business Excellence**, v.14, n. 3, p. 42-52, 2010.
- AKIM, E. K.; MERGULHÃO, R. C. Panorama da produção intelectual sobre a medição de desempenho na gestão pública. **Revista de Administração Pública**, mar./abr., 2015, Vol. 49(2), p. 337-366.
- BROWN, T. L.; POTOSKI, M. Contract–Management Capacity in Municipal and County Governments. **Public Administration Review**, [S.l.], v. 63, n. 2, p. 153-164, 2003.
- BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- COMBS, J. G; CROOK, T. R; SHOOK, C. L. The dimension of organizational performance and its implications for strategic management research. In: **Research Methodology in Strategy and Management**, San Diego, CA: Elsevier. p. 259-286, 2005.
- EISERHARDT, M. Building theory from case study research. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP); Abrucio, F. L. Disciplina 3.1: **debate contemporâneo da gestão pública**. 2011. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1021> Acesso em. 20 jan.2022.
- MACHADO, M.; HOLANDA, V. Diretrizes e Modelo Conceitual de Custos Para o Setor Público a Partir da Experiência no Governo Federal do Brasil. *Rev. Adm. Pública*, 44(4), Rio de Janeiro Jul/Agosto. 2010.
- HUSEEIN, N. et al. Learning Organization and its Effect on Organizational Performance and Organizational Innovativeness: A Proposed Framework for Malaysian Public Institutions of Higher Education. **Procedia - Social and Behavioral Sciences** v. 130. p. 299 – 304, 2014.
- JACOBS, R., SMITH, P.; GODDARD, M. The development of composite indicators to measure health care performance. In A. Neely. **Business performance measurement: unifying theory and integrating practice** (pp. 383-407). Cambridge: Cambridge University Press. (2007)

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PEDRON, Ademar João. Metodologia Científica: auxiliar do estudo, da leitura e da pesquisa. 3. ed. Brasília: Edição do autor, 2001.

FERNANDES, Julio Cesar de Campos; SLOMSKI. Valmor. A gestão de custos no contexto da qualidade no serviço público: um estudo entre organizações brasileiras. In: 8º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8., 2011, São Paulo.

MARANHÃO, M.; MACIEIRA, M.E.B. **O Processo Nosso de Cada Dia – Modelagem de Processos de Trabalho**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

MELLO, G.R. de. **Governança corporativa no setor público federal brasileiro**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

PAINES, A. T.; AGUIAR, M. R. V.; PINTO, N. G. M. A governança no setor público segundo a Ifac: uma análise dos Institutos Federais da região Sul do Brasil. **Nucleus**, v. 15, n. 1, p. 351-366, abr. 2018.

STAKE, R.E. Case studies. In: Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds). **Handbook of Qualitative Research**. (2a. edição). Sage Publications Inc. pp. 435-454, 2000.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Guia Rápido do SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal**, 2016. Disponível em: <https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/grsic>. Acesso em: 19 jan. 2022.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RAZZOLINI FILHO, E. *et al.* Gestão da informação e competências necessárias ao gestor. In: CONGRESSO Brasileiro de Gestão do Conhecimento, 2009, Salvador. KMBRASIL2009, São Paulo: SBGC, 2009, v. 1.

International Federation of Accountants (Ifac). International framework: good governance in the public sector. 2013.

Tarantino, G. Anthony. (2008). Manager's guide to compliance: Sarbanes-Oxley, COSO, ERM, COBIT, IFRS, BASEL II, OMB A-123, ASX 10, OECD principles, Turnbull guidance, best practices, and case. John Wiley & Sons

_____. Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 fev. 1967.

Resende Jr., Pedro Carlos e Tomás de Aquino Guimarães (2014), "Quo Vadis Administração Pública? Análise das Pesquisas sobre Desempenho de Organizações Públicas", comunicação

apresentada no XXXVIII Encontro da ANPAD, realizado de 13 a 17 de setembro de 2014, Rio de Janeiro.

REZENDE, F.; CUNHA, A.; CARDOSO, R. L. Custos no setor público. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 4, p. 789-790, jul./ago. 2010.

DERBECK, E. J. V.; NAGY, C. F. *Contabilidade de custos*. 11. ed. São Paulo: Thomson, 2001.

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. *Controladoria: Como Instrumento De Gestão*. 6º ed. Curitiba: Juruá, 2008.

COSTA JÚNIOR, F. *Gestão de custos no setor público: análise da viabilidade de implantação do sistema de informações de custo do governo federal (SIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)*. Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública (PPGP/UFRN), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre, Natal/RN, mar., 2016.

HWANG, M. *Proposta de Custeio Baseado em Atividades Aplicados a Instituições Públicas de Ensino Superior*. São Paulo, 2016.

SANTOS, Yuri Dantas dos. **Análise da eficiência dos gastos públicos municipais em ensino fundamental no Seridó potiguar**. Dissertação de Mestrado Profissional em Administração Pública, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.

MARTINS, Cristiane Fortes Nunes. **Princípio da Eficiência na Administração Pública**. [2009?]. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32602-39847-1->

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO (2004). **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão: Decisão TCU nº 408/2002-Plenário**. Brasília: TCU, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/indicadores.pdf>. Acesso em: 02 agosto. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n.º 1366/11, de 25 de novembro de 2011. Aprova a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/NBCTSP34&arquivo=NBCTSP34.doc. Acesso em: 21 fevereiro. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n.º 1366/11, de 25 de novembro de 2011. Aprova a **NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público**. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1366.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.31. Out/1998.” PB.pdf. Acesso em: 22 mai. 2018.

Relatório de gestão 2020 Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/349/o/Relato_Integrado_Gest%C3%A3o_2021_verse_o_atualizada_.pdf Acesso em: 08 agosto 2022.

Relatório de gestão 2020 Disponível em: <https://www.ufmt.br/proreitoria/proplan/pagina/orcamento/894> Acesso em: 08 agosto 2022.

Relatório de gestão 2020 Disponível em:

<https://dpo.unb.br/images/dpl/2021/Relatorio_de_Gesto_UnB_2021.pdf> Acesso em: 08 agosto 2022.

Relatório de gestão 2020

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1293/o/Relato_Integrado_de_Gest%C3%A3o_UFJ_2021.pdf >acesso em 08/08/2022

Relatório de gestão 2020

<https://cms.ufmt.br/files/galleries/20/Relatorio_de_Gestao_e_Prestacao_de_Contas/Prestacao_de_Contas_Exercicio_2021.pdf. acesso em 08/08/2022> Acesso em: 08 agosto 2022.

Relatório de gestão 2020

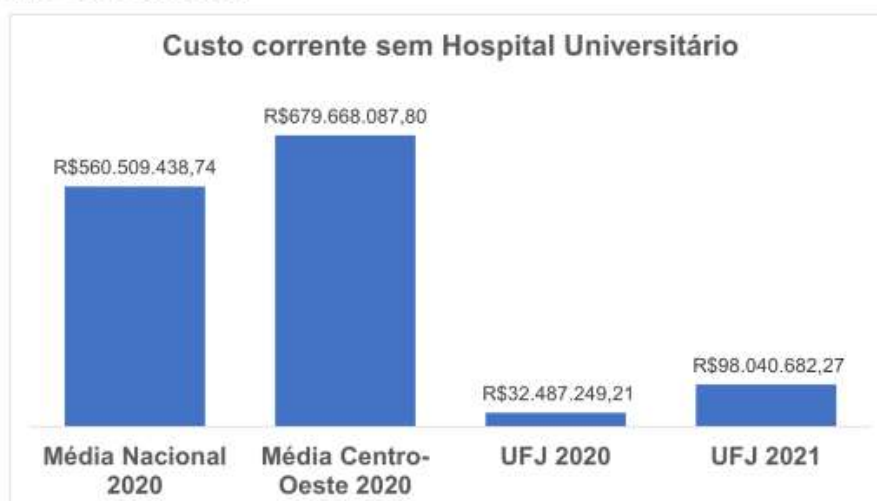
<<https://www.ufmt.br/pro-reitoria/proplan/pagina/orcamento/894>> Acesso em: 08 agosto 2022.

Relatório de gestão 2020 <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/PRESTACAO-DE-CONTAS/Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas/relatorio%20de%20gestao%202020%2030%2006%202021.pdf>> Acesso em: 08 agosto 2022

Painel Universidade 360<https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>>acesso em 11/09/2022

Anexo 1

Figura 14 – Custo Corrente da Universidade, comparado à média nacional e ao do centro-oeste em 2020.



Fonte: Secretaria de Planejamento - Seplan Universidade Federal de Jataí - UFJ.

Anexo 2

Figura 16 – Total de alunos efetivamente matriculados na graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado).



Fonte: Secretaria de Planejamento - Seplan Universidade Federal de Jataí - UFJ.

Anexos 3 – TABELA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E RECURSOS EMPENHADOS.

Instituição	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Empenhado a liquidar	Crédito Disponível
UnB	199.260.085,00	199.082.837,50	199.082.837,50	199.082.837,50	0,00	177.247,50
UFG	123.464.047,00	122.247.185,58	122.247.185,58	122.247.185,58	0,00	1.216.861,42
UFMS	86.351.620,00	86.167.059,61	86.167.059,61	86.167.059,61	0,00	184.560,39
UFMT	88.824.960,00	84.941.951,53	84.941.951,53	84.941.951,53	0,00	3.883.008,47
UFGD	30.635.249,00	30.464.568,95	30.464.568,95	30.464.568,95	0,00	170.680,05
UFR	4.637.000,00	4.617.771,17	4.617.771,17	4.617.771,17	0,00	19.228,83
UFJ	5.364.078,00	4.143.180,90	4.143.180,90	4.143.180,90	0,00	1.220.897,10
Total	538.537.039,00	531.664.555,24	531.664.555,24	531.664.555,24	0,00	6.872.483,76

Fonte: Universidade 360 painel

Anexos 4 – TABELA DE DOAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INICIAL

Instituição	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Crédito Adicional	Cancelado e/ou Remanejado
UnB	183.508.052,00	183.508.052,00	199.260.085,00	15.752.033,00	0,00
UFG	116.342.005,00	116.342.005,00	123.464.047,00	16.072.042,00	-8.950.000,00
UFMT	78.195.000,00	78.195.000,00	88.824.960,00	11.629.960,00	-1.000.000,00
UFMS	75.667.527,00	75.667.527,00	86.351.620,00	10.684.093,00	0,00
UFGD	30.375.085,00	30.375.085,00	30.635.249,00	260.164,00	0,00
UFJ	1.000,00	1.000,00	5.364.078,00	5.363.078,00	0,00
UFR	1.000,00	1.000,00	4.637.000,00	4.636.000,00	0,00
Total	484.089.669,00	484.089.669,00	538.537.039,00	64.397.370,00	-9.950.000,00

Fonte: Universidade 360 painel

Anexos 5

Instituição	Grau	Vagas Ofertadas	Ingressantes	Matrículas	Concluintes	Cursos
Total da Rede Federal		32.587	27.777	106.725	13.567	579
	Total	7.896	6.813	25.449	3.195	165
	Bacharelado	5.287	4.956	19.269	2.365	103
	Licenciatura	2.609	1.857	6.180	830	62
	Total	8.812	8.156	34.914	5.113	133
	Bacharelado	6.751	6.399	27.802	4.095	90
	Licenciatura	2.061	1.757	7.112	1.018	43
	Total	7.033	5.586	20.576	2.271	115
	Bacharelado	4.988	4.123	15.913	1.765	74
	Licenciatura	2.045	1.463	4.663	506	41
	Total	6.814	5.582	18.827	2.181	119
	Bacharelado	4.100	3.482	12.565	1.356	66
	Licenciatura	2.714	2.100	6.262	825	53
	Total	2.032	1.640	6.959	807	47
	Bacharelado	1.436	1.205	4.978	564	29
	Licenciatura	596	435	1.981	243	18